

Uma guerra, várias escritas

Tania Macedo
USP/UNESP

Não basta juntar-se ao povo nesse passado em que ele já não está mais. É preciso juntar-se também no movimento oscilante que ele acaba de esboçar e a partir do qual tudo vai repetidamente ser discutido. É nesse ponto de desequilíbrio oculto em que se mantém o povo que é necessário que nos situemos porque, não tenhas dúvidas, é aí que se cristaliza sua alma e se ilumina sua percepção e sua respiração. Franz Fanon – *Os condenados da terra*

Hoje ainda vos lembrei de que a nossa resistência armada é também uma expressão da nossa resistência cultural.(...) Mostramos ainda aos camaradas que a nossa resistência armada, ao fim e ao cabo, pode ser interpretada como prolongamento da resistência do nosso povo à guerra da conquista colonial. Amílcar Cabral

As palavras de Fanon e Amílcar Cabral, escolhidas como pórtico dessa fala propõem de maneira bastante instigante a focalização da guerra de libertação como resistência cultural e popular do homem africano, como “movimento oscilante” e devir, portanto, um momento de passagem, que traz inscrito em si o seu ultrapassar, pois somente dessa maneira possibilitaria aos sujeitos a sua forma plena de ser. E porque essa oscilação e essa instabilidade necessariamente apontam para o futuro, já que as formas de luta e de cultura oriundas do

passado colonial, segundo Fanon, já não mais propiciariam ao homem a sua plenitude, a luta de libertação construiria o devir e apontaria para a totalidade.

Creio que as observações acima são bastante produtivas para focalizar alguns textos da literatura de Angola cujo tema é a guerra de Libertação, na medida em que possibilitam verificar não apenas como a tensão própria da luta transforma-se em matéria constituinte dos textos que tratam o tema, como também examinar de que maneira a busca de uma totalidade, expressa em um projeto utópico, inscreve-se nos textos.

É, portanto no exame do projeto utópico de nação, explicitado no discurso literário sobre a guerra de libertação que pretendemos focalizar dois romances (*Mayombe*, de Pepetela, e *Nós, os do Makulusu*, de Luandino Vicira) e uma novela (“Cinco dias depois da independência”, de Manuel Rui) de Angola, examinando, sobretudo, como um mesmo episódio – a guerra de libertação – transforma-se em objeto de escritas diversificadas.

As narrativas angolanas escolhidas focalizam momentos e espaços diversificados (a guerrilha ou a sua recordação, a floresta do Mayombe, o enterro de um soldado, a cidade de Luanda ou os dias que se seguiram à independência) e, segundo entendemos, permitem uma reflexão sobre os fios que unem, de maneira indissolúvel, o contexto situacional ao texto literário, assim como, a partir do exame do narrador dos relatos, verificar as articulações – e tensões – que se estabelecem entre o elemento narrativo e o ideológico.

Para iniciar o percurso, um texto que focaliza o duro cenário da guerra de guerrilha, a implantação das frentes de combate, as divisões internas entre os combatentes nacionalistas e o espaço em que lutam – uma natureza que envolve, rechaça e acolhe -, a floresta tropical do Mayombe, que nomia o romance de Pepetela, escrito em 1971 e publicado nove anos depois. Grande épico da guerra de libertação, essa narrativa, a partir de um intenso trabalho artístico, apresenta a interação entre o tema e sua estruturação, na medida em que a voz de cada um dos personagens-narradores, que toma de assalto o discurso de um narrador que conduz a história, instaura no texto a tática de guerrilha, já que avanços e recuos serão constantemente realizados pelos discursos dos vários narradores. Veja-se, como exemplo, o início do romance, com a descrição conduzida pelo narrador em terceira pessoa, cuja enunciação é interrompida pelo discurso do professor da Base dos guerrilheiros, cujo nome de guerra é Teoria:

O rio Lombe brilhava na vegetação densa. Vinte vezes o tinham atravessado. Teoria, o professor, tinha escorregado numa pedra e esfolara profundamente o joelho. O Comandante dissera a Teoria para voltar à Base, acompanhado de um guerrilheiro. O professor, fazendo uma careta, respondera:

- Somos dezesseis. Ficaremos catorze. (...)

Eu, o narrador, sou Teoria.

Nasci na Gabela, na terra do café. Da terra recebi a cor escura do café, vinda da mãe, misturada ao branco defunto do meu pai, comerciante português. (...)

E por mais duas vezes Teoria irromperá na narrativa, tomando o discurso, em um movimento próprio da guerrilha – de assalto e ocultamento -, assim como acontecerá com outras personagens (*Mundo Novo* e *Milagre*, o *Homem da bazuca*). Dessa forma, o discurso torna-se plural e faz-se a partir de várias vozes de personagens oriundas de diversos pontos do território angolano que expõem suas perspectivas, ancoradas cada uma em sua etnia, tomando de assalto o texto de um narrador aparentemente neutro. Esse movimento constante no texto de Pepetela aponta para a ausência de uma centralização ou uma única perspectiva, pois o texto se faz plural, caixa de ressonância de várias vozes. Ganha destaque, portanto, o

pluralismo e é a essa luz que se pode examinar a imagem de “Ogum, o Prometeu africano”, presente no capítulo II do romance e na fala final do Comissário Político, que encerra a narrativa. Trata-se, segundo entendemos, não apenas do entendimento da luta de libertação como instauradora de uma civilização (e portanto na senda das palavras de Fanon atrás referidas), já que Ogum, no panteão africano é o Deus da guerra e da metalurgia, como também de apontar, entre outros significados, para as matrizes ocidentais (o Prometeu grego) e africanas do relato que compõem o texto de pepetela. Em outras palavras, a questão da pluralidade (de etnias, de perspectiva, de ações e culturas) é fundamental para a estrutura do romance e para delinear uma perspectiva política que indicia um projeto de uma nação plural, não excludente, apontado no texto.

Não muito distante dessa visão temos o romance *Nós, os do Makulusu*, de José Luandino Vieira, escrito em 1967 no campo de concentração do Tarrafal em Cabo Verde, e publicado pela primeira vez em 1974. A guerra é aqui focalizada a partir de uma perspectiva de fora do conflito já que o narrador privilegiado do relato é Mais-Velho, que cruza as luas de Luanda em um tortuoso percurso que vai de sua casa ao cemitério onde será enterrado o corpo de seu irmão Maninho, engajado no exército colonial português, morto em uma emboscada.

Diferentemente de Mayombe, em que o cenário privilegiado era a floresta, no texto de Luandino Vieira é a cidade de Luanda que vai se desnudar ao leitor. Uma cidade colonial, misto de sonho e realidade tornado pesadelo pela guerra colonial, espaço em que coexistem o “antigamente” da infância das personagens, com o presente da maturidade, sobrepondo planos, misturando ruas e tempos, revelando o caráter simbólico da cidade.

A partir desse emaranhado de lugares e de variadas vozes que se fazem presentes no discurso, compõe-se a consciência que outras personagens, além do narrador, têm sobre a morte de Maninho e os juízos que elaboram a respeito da guerra e do colonialismo. Dessa maneira, a fala de Mais-Velho constitui-se em um grande diálogo com várias personagens que adentram suas reflexões, de maneira que estas são questionadas, refeitas e colocadas sob novas perspectivas. Ou seja, cada acontecimento em *Nós, os do Makulusu* é dado não em uma, mas em várias perspectivas equivalentes e plenas, formando um todo dialógico que se mostra polifacetado ao leitor.

Assim, curzam-se no texto as frases da carta de doação de Sebastião a Paulo Diaz de Novais (“ponha na dita terra e capitania cem moradores com suas mulheres e filhos que entrem alguns lavradores com todas as sementes e plantas...”) (Luandino, 1975, p. 49), enunciados em quimbundo (“Mon’ami, mon’ami! Aiuê mo’ani, a-mujibila nè”) (Luandino, 1975, p. 57), elaborando uma trama de significados e discursos em que se inscreve a trajetória de toda uma geração de angolanos: seus problemas, dúvidas, descaminhos e esperanças, emergindo desse todo heteróclito a busca de afirmação da identidade nacional, a partir do microcosmo do musseque Makulusu.

A próxima narrativa que examinamos é um texto que, diferentes dos demais, foi produzido após a independência de Angola e focaliza os dias que antecederam o 11 de novembro de 1975 e, como o próprio título indica, avança por mais um pequeno tempo depois daquela data. Trata-se da novela “Cinco dias depois da independência”, presente no livro *Sim, camarada*, de autoria de Manuel Rui.

Não é apenas no que se refere a esse particular que a narrativa difere das anteriormente referidas. Veja-se que aqui as personagens protagonistas são crianças, os pioneiros, havendo por parte do narrador o acompanhamento das ações dos meninos que forma um agrupamento mirim envolvido na guerra que assolou a cidade de Luanda antes da independência. Assim, Kwenha, nome de guerra do “comandante”, recebe não só a focalização privilegiada do narrador, como também será a sua ótica que prevalecerá no relato.

Ainda que o narrador, demiúrgico, não se furte a interromper a narração dos fatos para realizar juízos de valor como nos seguintes trechos:

(...) o povo saía do asfalto rumando para os musseques, sítio aí de mais chover a tempestade de balas. Porque se lá era o ponto onde mais se azimutava o ódio da *fnla* também era por esses zigzagues de casas e caminhos de esforço, conspira e arma clandestina, que mais se opunha a resistência popular. E generalizada, diga-se, muito antes do nosso mais que Presidente Camada Neto. Mas é por isso mesmo que em homenagem eu vou parar de parágrafo antes que dê seguimento a este contar coisas acontecidas. (Mui, 1985, p. 102)

(...) Por isso o povo corria. Corria sempre para os bairros, lugares de velhos sofrimentos. Lugares de teima-vida. Lugares de morte, também mas sempre lugares de vitória. E certa! Que a luta continua. (Rui, 1985, p. 103)

Como se pode verificar, é difícil deixar à margem esse narrador intruso que busca um pacto com o leitor por contar “coisas acontecidas” e cujo discurso indicia um vínculo partidários estreito ao MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), a ponto de fazer suas as palavras de ordem do partido: “A vitória é certa. A luta continua”.

Talvez aqui resida, segundo entendo, a grande diferença para com os textos anteriormente citados. Enquanto em *Mayombe* e em *Nós, os do Makulusu* uma única leitura da realidade é rechaçada, em “Cinco dias depois da independência”, ao contrário, o privilégio é de um narrador cuja voz mistura-se à oficialidade partidária. Talvez em razão de um novo projeto instaurar-se no momento mesmo da independência do país.

A notar ainda, no que se refere ao enredo do texto de Manuel Rui, que nele se inscrevem os desdobramentos da guerra de libertação de Angola, já que os opositores ao esquadrão das crianças comandadas pelo menino Kwenha é a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), um dos movimentos (e hoje partido legalmente constituído) envolvidos na luta de libertação e adversário do MPLA.

E, nesse particular, o embate aí referido, responsável pela morte do garoto protagonista, como que antecipa a longa guerra fratricida que varreria Angola nos próximos anos (entre o governo, do MPLA, e a Unita) e faz hoje o país estar perigosamente à beira da barbárie.

Não se pode, contudo, esquecer que a guerra de libertação é o episódio inaugural da nação angolana e graças a ela é que se pôde construir um país, dando a seus habitantes a dignidade e a oportunidade de eles se tornarem os sujeitos de sua própria história.

E, sob esse aspecto, o texto de Manuel Rui é exemplar quando faz referência à madrugada do dia 11 de novembro de 1975, o início do primeiro dia depois da independência de Angola:

Flores, tocadas pelo sabido vento de tantos heróis, desprendiam o orvalho fresco e doce na boca da terra. Então, quando o sol se levantou do mar antigo e ultrajado dantes, desprendendo sua solta cabeleira de luz e força, Carlota ficou que instante a contempla-lo. Era o primeiro sol em liberdade.

- Já nasceu o sol. Primeiro dia depois da independência! Parece um sonho camarada.

O guerrilheiro ergueu-se num salto, deu dois passos em frente, apontou a espingarda nos esconderijos da lua e de rajada limpou o carregador.
- Sim, camarada. – Disse depois de assoprar o fumo do cano.
E nas narinas de Carlota, o cheiro da pólvora entrava parecia era perfume. (Rui, 1975, p. 184)

A longa citação que escolhemos para encerrar essas breves reflexões sobre a presença da guerra de libertação na narrativa angolana contemporânea aqui comparece para ressaltar um certo caráter antecipatório de que se reveste do texto de Manuel Rui, quando na novela o primeiro sol da independência é saudado com os tiros do guerrilheiro. Ora, essa imagem se por um lado reafirma o papel que a luta de libertação teve no nascimento das jovens nações africanas, das quais Angola não é exceção, também permite que reflitamos sobre a continuidade da guerra mesmo após a libertação, e do cheiro de pólvora que inebriou, e infelizmente continua inebriando, os atuais senhores da guerra naquele país.

Referências Bibliográficas

- FANON, Franz. **Os condenados de terra**. 2 ed. Trad. José Laurêncio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979.
- PEPETEIA. **Mayombe**. Lisboa: Edições 70, 1980.
- RUI, Manuel. **Sim, camarada!** 2 ed. Luanda: União dos escritores angolanos, 1985.
- VIEIRA, José Luandino. **Nós, os do Makulusu**. Lisboa: Sá da Costa, 1975.
- CABRAL, Amílcar. **P.A.I.G.C. Unidade e luta**. Lisboa: Nova aurora, 1974 (Textos Amílcar Cabral, 2).